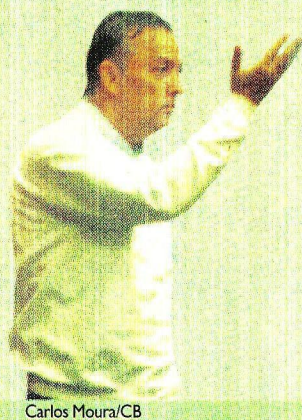




Carlos Moura/CB

JUSTIÇA

O ex-assessor legislativo João Xavier (foto) foi condenado a 19 anos de prisão por tentar matar a ex-mulher e assassinar professor do lesb.

PÁGINA 29

CORREIO BRASILIENSE

BRÁSILIA, DOMINGO, 2 DE JULHO DE 2006

Editora: Samanta Sallum//

samanta.sallum@correioweb.com.br

Subeditores: Ana Paixão, Roberto Fonseca e

Valéria de Velasco

Coordenadora: Taís Braga//

tais.braga@correioweb.com.br

e-mail: cidades@correioweb.com.br

Tels. 3214-1180 • 3214-1181

fax: 3214-1185

SEGURANÇA PÚBLICA

Novo procurador-geral do Ministério Público do DF anuncia que promotorias criminais e o núcleo especial criado para fiscalizar PMs, agentes e delegados estarão mais presentes, principalmente nas delegacias

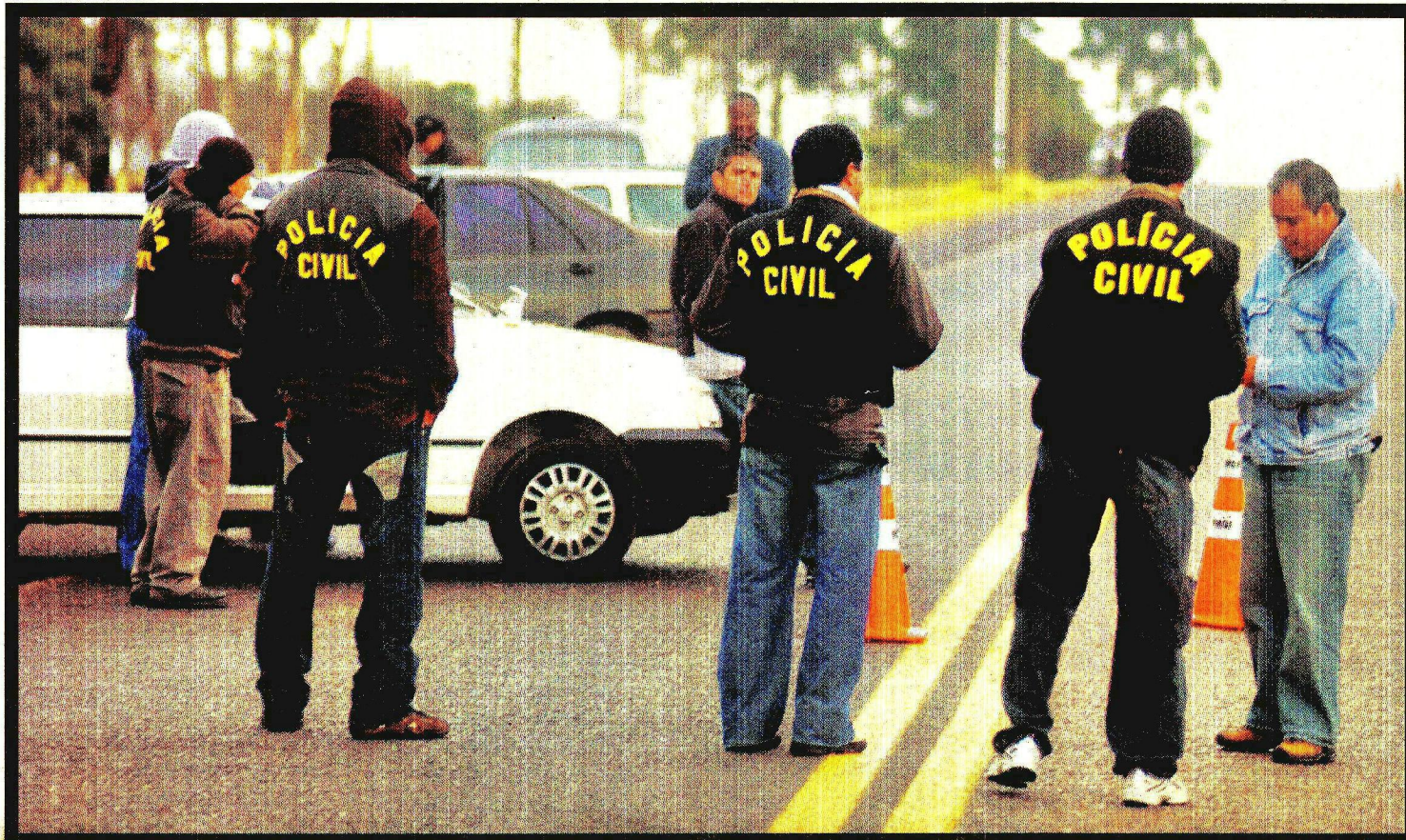
DF-Polícia

Polícia sob controle

SAMANTA SALLUM
E LEANDRO BISA

DA EQUIPE DO CORREIO

Kleber Lima/CB/29.6.06



NOS NOVE DIAS DE GREVE, POLICIAIS CIVIS FIZERAM BARRICADA NA PISTA DE ACESSO AO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DA PAPUDA PARA BARRAR ADVOGADOS

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) vai intensificar o trabalho de controle externo das atividades policiais. As promotorias criminais e o núcleo especial criado para essa função estarão mais presentes principalmente nas delegacias de Polícia Civil. O alerta é do promotor Leonardo Bandarra, recém nomeado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva como procurador-geral de Justiça do MPDFT. "Temos de obedecer a lei que prevê isso. O controle da polícia é preciso para o bem da nossa própria polícia. Até hoje, esse trabalho era realizado de forma esporádica, agora será rotina", destacou Bandarra em entrevista exclusiva ao *Correio*.

O promotor afirma que as polícias Civil e Militar do Distrito Federal são as melhores do Brasil, no entanto, há problemas que precisam ser resolvidos. "Temos a polícia mais bem qualificada, remunerada e idônea do país. Mas ela não é perfeita. Tem muito a melhorar. É preciso o MP exercer efetivamente o controle externo da atividade policial", reforça Bandarra.

Segundo ele, os promotores devem ir às delegacias para acompanhamento da ação policial. "Vamos ver se a titularidade da ação penal está sendo obedecida. O MP tem a obrigação de fiscalizar", ressalta. Um exemplo é conferir o devido encaminhamento das armas apreendidas. "Elas não podem permanecer nas delegacias, devem ser encaminhadas ao depósito judicial. Vou conduzir esse trabalho aos termos da lei", anuncia.

Efetivo

O Distrito Federal é a segunda unidade da federação com maior número de policial civil proporcional à quantidade de habitantes. Há um policial para cada grupo de 435 moradores (veja quadro abaixo). Em relação à PM, estamos em primeiro lugar, com um policial militar por 137 habitantes. Segundo especialistas em segurança pública, porém, a

grande quantidade de policiais não significa real combate à criminalidade. E também revelam que historicamente as polícias não aceitam o controle externo de suas atividades.

Pesquisadores do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Iesp) ouviram mais de 1, 2 mil delegados de polícia de nove estados brasileiros, em 2003. O resultado mostrou que 59% deles consideraram a atuação do Ministério Público nos conflitos envolvendo a Polícia Civil um "obstáculo relevante" à eficácia policial. Cerca de 78% rejeitaram o controle externo do MP.

A greve de nove dias da Polícia Civil brasiliense, que acabou sexta-feira, trouxe à tona parte desse pensamento. A corporação tentou mostrar seu poder, interrompendo as atividades nas delegacias, com protesto nas ruas portando armas. "Se essa situação se prolongasse, o MP teria de intervir", diz Bandarra. "Acredito que a polícia quer realizar um trabalho sério, correto, com profissio-



TEMOS A POLÍCIA MAIS BEM QUALIFICADA, REMUNERADA E IDÔNEA DO PAÍS. MAS ELA NÃO É PERFEITA.

Leonardo Bandarra,
promotor de Justiça

nais ilibados. O MP pode ser parceiro das polícias", sustenta o novo procurador-geral, que toma posse quarta-feira. Ele trabalhou em promotorias criminais e no Núcleo de Investigação Criminal e Controle Externo da Atividade Policial do MPDFT.

Reação

O presidente em exercício do Sindicato dos Delegados da Polícia Civil (Sindepo), Júlio César de Oliveira, disse ter receio de que os promotores, a pretexto de fiscalizar a polícia, passem a exercer a função dos policiais. O delegado afirmou que a categoria rejeitará a atitude. "Que fiscalizem a polícia, mas não subs-

tituam a polícia", declarou.

O sindicalista reconhece que é normal o Ministério Público acompanhar o trabalho policial. "Inclusive, eles já fazem isso. Sobre o andamento de um processo ou um inquérito, é perfeitamente aceitável que o promotor requisite uma diligência, um depoimento ou a produção de determinada prova. O que nós preocupa é que haja confusão de atividades", comentou.

O delegado teme que promotores façam intervenções em assuntos administrativos da delegacia. "Isso, com todo respeito ao Ministério Público, não vamos aceitar. Que o promotor não queira dar ordens que cabe

ao delegado dar", enfatizou.

Na avaliação de Oliveira, há uma linha tênue entre a fiscalização e a investigação feita pelos promotores. Ele lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) se reuniu duas vezes para analisar o poder de investigação do Ministério Público. E, dos 11 ministros, seis ainda não se pronunciaram sobre a matéria.

Para o presidente do Sindicato dos Policiais Civis (Sinpol), Wellington Sousa, a ação pretendida pelo Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial pode gerar conflitos. Sousa afirmou que a categoria não reconhece a legalidade desse controle. "Temos uma Corregedoria que já faz isso. Não precisamos ser vasculhados pelo Ministério Público", declarou.

COLABORARAM: ANA MARIA CAMPOS
E ANA BEATRIZ MAGNO

LEIA MAIS SOBRE
AS POLÍCIAS NA

PÁGINA 28

Salário chega a R\$ 15 mil

O reajuste salarial dos policiais civis, militares e bombeiros do Distrito Federal está garantido. A medida provisória que concede o aumento foi publicada no *Diário Oficial da União* ontem, com data retroativa a 30 de junho. Com o aumento, os agentes e delegados em início de carreira passam a ganhar, respectivamente, R\$ 6,2 mil e R\$ 10,8 mil. O maior salário será o de delegado especial, com mais de 15 anos de serviço: R\$ 15 mil.

A diretoria do Sindicato dos Policiais Civis (Sinpol) e a direção da Polícia Civil definem na segunda-feira como os servidores compensarão os nove dias de greve, encerrada sexta-feira. A categoria promete fazer hora extra até o serviço acumulado na paralisação ser concluído. Ontem, equipes do serviço de plantão trabalharam normalmente. A procura às delegacias e ao Instituto de Medicina Legal (IML) aumentou, mas não houve tumulto, apesar de milhares de pessoas terem sido impedidas de registrar ocorrências e fazer perícias durante a greve.

A doméstica Edilza Guimarães da Mata, 28 anos, saiu de Samambaia cedo para ir ao IML. Com um colar ortopédico e rosto inchado, ela conseguiu ser atendida e fazer um exame de corpo e delito. Acusa o ex-marido de, na última quinta-feira, tê-la espancado. A doméstica lamentou não ter sido atendida no dia do crime. "Como já passou mais de dois dias, ele não pode mais ser preso em flagrante. Por causa dessa greve, responderá pelo crime solto. E eu aqui, toda machucada." (LB)